

O desespero das mensalidades e do material escolar

Márcio Cotrim

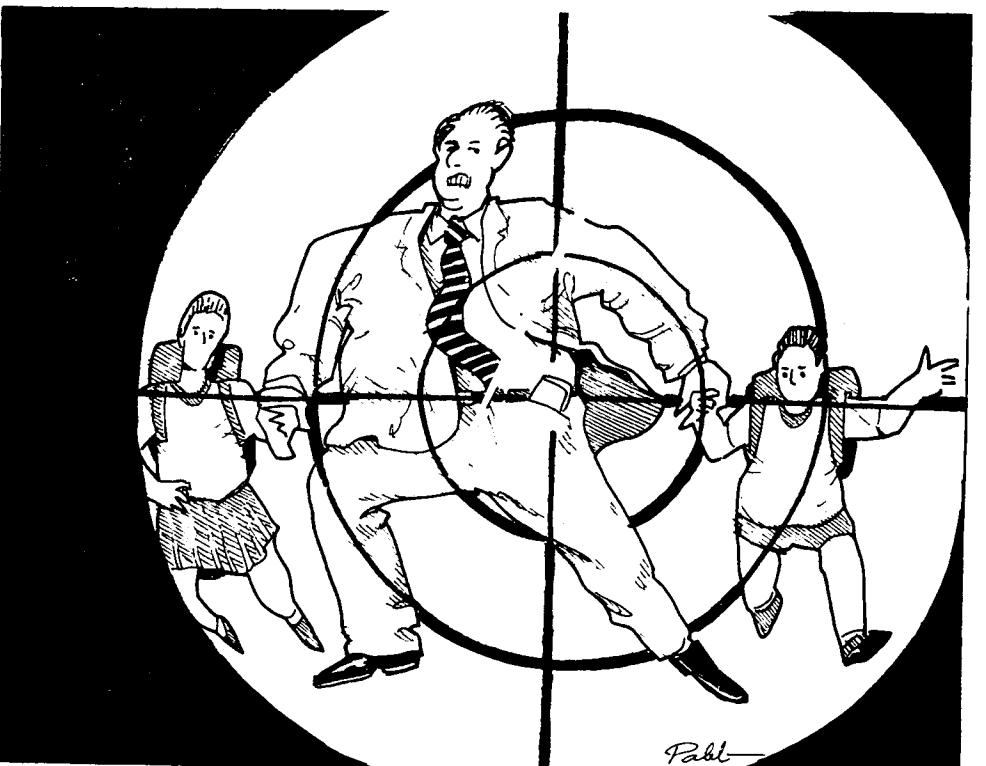
Muita gente boa, e com razão, considera a educação "a vergonha nacional".

Não vou tratar aqui de seus aspectos pedagógicos genéricos, da aviltante remuneração dos professores, da devastada condição física da rede de ensino público, da realidade dos CIEPs e das promessas dos CIACs.

Tampouco vou criticar a estupidez do histórico descaso governamental pela educação, atitude que nos enche a alma da mais justa indignação — pela imensa asneira que isso representa.

(Ainda mais quando conhecemos o exemplo japonês. Certo dia, os filhos do Sol Nascente decidiram modernizar o país, torná-lo forte e respeitado. Que fizeram? Olhando em volta, constataram o óbvio; clima tremendamente hostil, espaço territorial mínimo, quase nenhum recurso natural, nem vestígio de petróleo. Enfim, só podiam contar, mesmo, com os japoneses.

Então, que fazer? Investir no ser humano maciçamente, obstinadamente. Toda força à educação. Mobilização geral em torno desse objetivo, corações e mentes unidas nesse obsessivo esforço. O resultado aí está: o país lidera a economia mundial e



promete maravilhas para o século XXI).

Pois bem, não trarei disso. Vou comentar um problema que mais uma vez atormenta as famílias brasileiras. As aulas estão recomeçando. Com elas também recomeça o drama anual das mães e dos pais. O que seria motivo de orgulho — o progresso dos filhos nos estudos, se torna uma fonte de infortúnios.

Localizemos o assunto: especificamente, as mensalidades escolares de 1992 e o material escolar obrigatório. Quanto às mensalidades, elas subiram muitas vezes acima da inflação. Os chamados "empresários do ensino" deitam e rolam. Não tomam conhecimento da legislação. A única lei que obedecem é a da oferta e da procura. Estabelecem quantias absurdas para as matrículas, inventam quotas extras, cobram preços surrealistas. "Quem pode, paga. Quem não pode, que procure outro colégio", afirmam com a arrogância dos potentados.

Hoje o sacerdócio se transformou em negócio. O que se vê são lustrosos e pançudos cavalheiros e senhoras bem nutritas que, de uma salinha acanhada, em pouco tempo transformaram esse cubículo em formidá-

veis prédios próprios, cheios de filiais e com o ensino — com o ensino! — acumularam fortunas comparáveis às de banqueiros.

Quando eu era estudante, meus pais pagavam tantas mensalidades quantos os meses de aulas dadas. Agora, elas são cobradas também nos meses de férias, e em igual valor — como se durante as férias o colégio tivesse as mesmas despesas de água, luz e telefone dos meses de funcionamento pleno do colégio.

Sobre o material escolar, não existe a mínima preocupação em aproveitar os livros de um ano para o outro, o que seria mais racional e aliviaria os orçamentos domésticos. Nenhum irmão mais moço herda o livro do irmão mais velho, simplesmente porque os livros mudam a cada ano. Com isso, os pais se vêem diante de uma relação quilométrica de novos títulos para comprar, com aumentos de cerca de 2.000 por cento em relação aos preços de 1991 — e nenhuma autoridade toma a menor providência diante desse escândalo. As pessoas constatam o fato, comentam o abuso conformadas e seguem para o caixa numa atitude de fatalismo bovino, que fazer? Ninguém denuncia com veemência, ninguém protesta para valer e fica tudo por isso mesmo. A anestesia nacional chegou também a essa área. A desilusão é epidêmica — você não viu, esta semana, o aumento dos depuradores estaduais de Alagoas, que majoraram seus salários para inacreditáveis e acintosos 19 milhões mensais? Oh, Brasil, tão e rico e tão infeliz!

É o reinado da democracia econômica, rosnam lugubremene os tubarões que lutam com essa afronta, enquanto arrotam e recolhem os seus milhões de uma população explorada e no limite da resistência.

Falemos agora da mais indecorosa de todas as listas, a do material a ser adquirido para o ano letivo que começa.

Ela é um verdadeiro caso de polícia. Para início de conversa, seus itens já deviam estar incluídos no custo das mensalidades, como exige um mínimo de decência, — mas claro que não estão! E assim, colégios primários, primaríssimos, pré-primários, creches e jardins de infância exigem de cada aluno coisas do tipo: 2.000 copos descartáveis, 50 rolos de papel higiênico, 10 resmas de papel ofício, 200 palitos de picolé, 80 pregadores de roupa, 40 lixas, 50 caixas de fósforos, e assim por diante, quantidades delirantes, ensandecidas, quase-industriais que nunca, em nenhuma hipótese, serão consumidas pela mais exagerada ou estabanada das crianças.

Chega a dar a impressão de que os colégios simplesmente repõem o estoque de seu almoxarifado — e, quem sabe, da própria despensa pessoal de seus donos — às custas de meninas e meninos que mal sabem falar e que só vão à escola para brincar. Filhos de pais indefesos e atarantados, que não têm a quem reclamar.

De fato, nesses aspectos o ensino particular, sobretudo na faixa dos primeiros passos, é revoltante. Os donos dos colégios, enquanto desfilam sua empáfia diante de um público atônito, negociam seus produtos — a Geografia, a Aritmética, as Ciências — da forma reles como se oferece, num balcão de armazém, o bacalhau ou a creolina.

Criaturas insensíveis, eles têm muita culpa pelo descrédito em que muitas vezes cai a livre iniciativa no Brasil. Numa hora em que o governo se empenha no rumo da privatização, como é penoso o exemplo desses maus empresários privados!

A educação, todos concordam, devia ser a primeiríssima prioridade nacional, pois nela é que tudo começa. Mas é trágica a realidade brasileira nesse campo. E se ela é trágica no seu todo, que dizer do assalto de que somos vítimas em nosso convívio diário com os donos da educação?